

PROJETO DE LEI N. 12.974/2013

A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná,

APROVA:

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Transportes Públicos e Mobilidade Urbana de Maringá – COMTU e dá outras providências.

Art. 1.º Fica criado o Conselho Municipal de Transportes Públicos e Mobilidade Urbana de Maringá – COMTU, destinado a funcionar como um órgão de controle social da gestão das políticas do sistema municipal de trânsito e transporte, com caráter consultivo, propositivo, participativo e deliberativo em questões relacionadas aos aspectos legais de sua competência.

§ 1.º Como sistema municipal de trânsito e transporte compreendem-se:

I – o transporte coletivo de passageiros – ônibus, táxi, escolar, fretamento e de agências de viagens e turismo;

II – as vias, a circulação viária e o controle e organização do trânsito para efetivação do transporte coletivo e transporte de cargas;

III – a estrutura operacional do sistema de transporte coletivo de passageiros por ônibus, micro-ônibus, ou assemelhados e programas de expansão do serviço.

Art. 2.º São atribuições do COMTU:

I – controlar, acompanhar e avaliar a política municipal de mobilidade urbana e transporte, conforme as diretrizes estabelecidas pela Conferência Municipal de Transporte Público e Mobilidade Urbana de Maringá, bem como garantir a gestão democrática na proposição de diretrizes destinadas ao planejamento e à aplicação dos recursos orçamentários destinados à melhoria da mobilidade urbana;

II – subsidiar a formulação de políticas públicas municipais relacionadas à política nacional de mobilidade urbana;





III – fiscalizar e acompanhar a elaboração e a implantação do plano municipal de mobilidade urbana;

IV – participar, quando pertinente, da revisão do plano diretor e de suas normas complementares;

V – propor a normatização, fiscalização e avaliação do serviço de transporte urbano de passageiros, em especial o coletivo público, bem como de outros modais regulamentados pelo poder público, sugerindo alternativas que viabilizem sua integração;

VI – propor a normatização em questões de trânsito e sugerir alterações que contribuam para a sua eficiência, observada a legislação vigente;

VII – acompanhar e fiscalizar a prestação de serviços de transporte público coletivo e individual (taxi), em todas as suas modalidades;

VIII – opinar sobre a circulação viária no que concerne à acessibilidade e mobilidade urbana dos pedestres;

IX – fiscalizar as empresas prestadoras dos serviços de transporte coletivo, com acesso a toda informação necessária para apreciar e deliberar sobre a proposta de alteração tarifária do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na Cidade de Maringá;

X – constituir grupos técnicos ou comissões especiais, temporárias ou permanentes, quanto julgar necessário para o pleno desempenho de suas funções;

XI – quando julgar necessário, convocar representantes e técnicos da Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança, ou qualquer outro órgão da Administração Municipal, para discutir questões relativas ao transporte e a mobilidade urbana;

XII – propor anualmente, para exame da Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança, as diretrizes, prioridades e programas de alocação de recursos;

XIII – convocar audiências públicas para apresentar, debater e propor as diretrizes, prioridades e programas previstos no inciso XII deste artigo;

XIV – acompanhar a aplicação de recursos e avaliar anualmente a eficácia dos programas previstos no inciso XII deste artigo;

XV – elaborar, aprovar e modificar seu Regimento Interno.



§ 1.º O Conselho Municipal de Transportes Públicos e Mobilidade Urbana de Maringá será responsável, em conjunto com a Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança, pela organização das conferências municipais de transporte público e mobilidade urbana, que será convocada a cada 02 (dois) anos.

§ 2.º O Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança poderá conferir outras atribuições ao COMTU, desde que compatíveis com a área de sua atuação.

§ 3.º A Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança, para os fins do disposto no inciso IX deste artigo, encaminhará ao COMTU todos os elementos técnicos que justificam a alteração tarifária, em especial as planilhas de custos.

Art. 3.º O Conselho Municipal de Transportes Públicos e Mobilidade Urbana de Maringá - COMTU será constituído por 30 (trinta) membros titulares, e igual número de suplentes, representando os seguintes órgãos, entidades e segmentos:

I – representantes da Administração Municipal:

a) um representante da Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança (SETRANS);

b) um representante da Procuradoria Geral do Município (PROGE);

c) um representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (SEPLAN);

d) um representante da Secretaria Municipal da Educação (SEDUC);

e) um representante da Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SEMUSP);

f) um representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDE);

g) um representante da Secretaria Municipal de Obras Públicas (SEMOP);

h) um representante da Secretaria Municipal dos Serviços Urbanos e Meio Ambiente (SEUMA);

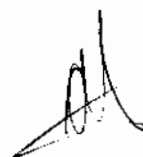
i) um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania – SASC.

II – representantes da população:

- a) um representante ligado aos estudantes secundaristas;
- b) um representante ligado aos estudantes universitários;
- c) um representante da população idosa do Município;
- d) um representante das pessoas com deficiência;
- e) cinco representantes da população de Maringá, sendo um por região – norte, sul, leste, oeste e centro – conforme definido em eleição conduzida pela Secretaria Municipal de Transito e Segurança.

III – representantes dos operadores dos serviços e outros:

- a) um representante dos permissionários do serviço de transportes de escolares;
- b) um representante dos permissionários do serviço municipal de transporte público individual (táxi);
- c) um representante da(s) empresa(s) permissionária(s) de transporte coletivo;
- d) um representante do Sindicato dos Motoristas e Condutores de Maringá;
- e) um representante de entidades ligadas à defesa do meio ambiente;
- f) um representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/PR;
- g) 02 representantes das instituições de ensino superior do Município que possuam departamentos ligados aos setores de transporte e mobilidade;
- h) um representante da indústria, indicado pela – ACIM;
- i) um representante do comércio, indicado pelo – SIVAMAR;
- j) um representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
- l) um representante do 4.º Batalhão de Polícia Militar do Paraná (Pelotão de Trânsito).





§ 1.º Serão convidados para participar do COMTU, sem direito a voto, o Ministério Público do Estado do Paraná e a Câmara Municipal de Maringá.

§ 2.º O Conselho Municipal de Transportes Públicos e Mobilidade Urbana de Maringá normatizará a indicação dos membros da sociedade civil em até 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta Lei.

§ 3.º Os representantes do setor público municipal serão indicados pelos seus respectivos órgãos, tendo a sua indicação encaminhada à Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança.

§ 4.º Os representantes da população de Maringá serão eleitos pelas pré-conferências regionais da Conferência Municipal de Transportes Públicos e Mobilidade Urbana de Maringá.

§ 5.º Os representantes da população idosa, dos estudantes e das pessoas com deficiências serão eleitos em assembleias desses setores, especialmente convocadas para esse fim pela Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança.

§ 6.º Os representantes dos operadores e outros setores serão indicados por suas entidades oficiais de representação, que deverá comprovar sua finalidade específica através de estatuto social.

§ 7.º Os conselheiros não receberão remuneração pelas suas atividades, sendo a sua função considerada de relevante interesse público.

§ 8.º Os conselheiros serão nomeados por ato do Prefeito Municipal.

Art. 4.º A Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança oficiará aos titulares dos órgãos e entidades referidos no artigo 3.º desta Lei, para que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do ofício, indiquem seus representantes e respectivos suplentes.

Art. 5.º Excepcionalmente, no primeiro ano de seu funcionamento, a presidência do Conselho Municipal de Transportes Públicos e Mobilidade Urbana de Maringá será presidido pelo Secretário Municipal de Trânsito e Segurança ou seu representante, que designará um Secretário Executivo, a quem competirá dar suporte às reuniões do colegiado.

§ 1.º A partir do segundo ano, a presidência será exercida por um dos membros do Conselho, eleito pelos seus pares.



Art. 6.º Nas assembleias com a finalidade de eleger representantes por setores e representantes por região só poderão votar e ser votados membros dos setores e somente os moradores da região.

§ 1.º A mudança de domicílio do representante da população eleito por uma região implicará na perda do direito de representação.

§ 2.º Não poderão se candidatar a representante da população as pessoas detentoras de mandato eletivo nos Poderes Executivo ou Legislativo ou detentoras de cargo em comissão na Administração Municipal, direta ou indireta.

Art. 7.º As reuniões do Conselho deverão ser instaladas em primeira convocação com a presença de metade mais um de seus membros e, em segunda convocação, meia hora após a primeira, com qualquer número.

§ 1.º As reuniões terão convocação por escrito, com antecedência mínima de 07 (sete dias) para as reuniões ordinárias e 48h (quarenta e oito horas) para as reuniões extraordinárias.

§ 2.º As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples dos presentes.

§ 3.º As deliberações das reuniões somente terão efetividade com a presença registrada em ata de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um de seus membros.

§ 4.º Os assuntos e deliberações das reuniões obrigatoriamente serão registrados em ata, lida na reunião seguinte para aprovação.

Art. 8.º O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, sendo permitida a recondução por igual período.

§ 1.º Os conselheiros que faltarem a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) alternadas, sem justificativa, terão seus nomes encaminhados à entidade ou segmento que representam para serem substituídos pelos seus respectivos suplentes.

§ 2.º No caso de afastamento temporário ou definitivo de um dos membros titulares, assumirá o suplente correspondente.

Art. 9.º Para a consecução de suas atribuições, o COMTU poderá solicitar informações e esclarecimentos dos órgãos e entidades competentes, bem como convidar técnicos e especialistas para discussão de temas específicos, mediante aprovação em reunião.



Art. 10. Poderão ser constituídas comissões temáticas para o melhor andamento dos trabalhos do COMTU, instituídas na forma e com as atribuições definidas no seu Regimento Interno.

Art. 11. O Conselho Municipal de Transportes Públicos e Mobilidade Urbana de Maringá manterá registro de seus atos, assegurada à publicidade por meio do Órgão Oficial do Município e do portal da Prefeitura do Município de Maringá na Internet.

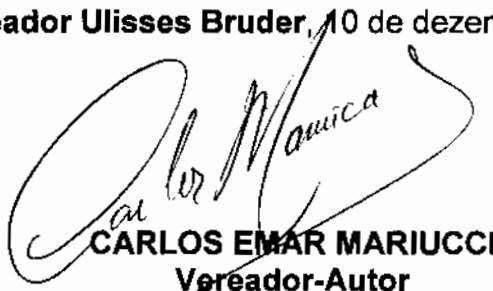
Art. 12. As Conferências Municipais de Transportes Públicos e Mobilidade Urbana serão realizadas no Município de Maringá a cada 2 (dois) anos, sempre no primeiro semestre.

Parágrafo único. As pré-conferências sempre antecederão um mês a conferência municipal.

Art. 13. A Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança fornecerá os meios e recursos necessários à instalação e funcionamento do COMTU.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei Complementar n. 400/2002.

Plenário Vereador Ulisses Bruder, 10 de dezembro de 2013.



CARLOS EMAR MARIUCCI
Vereador-Autor



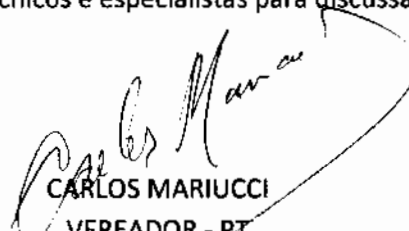
JUSTIFICATIVA

Um dos temas mais debatidos no momento é questão do transporte público e a mobilidade urbana.

E o objetivo deste projeto é a criação do Conselho Municipal de Transportes Públicos e Mobilidade Urbana de Maringá – COMTU destinado a funcionar como um órgão de controle social da gestão das políticas do sistema municipal de trânsito e transporte, com caráter consultivo, propositivo, participativo e deliberativo em questões relacionadas ao trânsito e a mobilidade urbana de Maringá.

O resgate do poder deliberativo do conselho aliado a uma composição paritária entre seus membros, ou seja, poder público, população e representantes dos operadores dos serviços estará representado nesse conselho, garantido a participação de usuários, poder concedente e operadora do sistema de transporte público de Maringá.

Dentro das atribuições do conselho este poderá solicitar informações e assessoria de órgãos e entidades, bem como, convidar técnicos e especialistas para discussão de temas específicos.


CARLOS MARIUCCI
VEREADOR - PT